

GEOGRAFIA E SUA PRÁTICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Domingo Eduardo Nascimento Viana

Mestrando. Veni Creator Christian University.

<https://orcid.org/0009-0009-1687-3520>

E-mail: eduardonvg@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-60>

RESUMO: A Geografia, como ciência que estuda as interações entre sociedade e natureza, possui um papel crucial na Educação Ambiental para uma sustentabilidade através de sua prática pedagógica. Essa disciplina permite compreender as relações espaciais, os impactos antrópicos no meio ambiente e a necessidade de práticas sustentáveis. Neste artigo, buscamos refletir sobre como a Geografia pode ser uma ferramenta essencial para a construção de uma consciência ambiental crítica e transformadora para uma prática de educação ambiental e uma consequência sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. Educação Ambiental. Sustentabilidade. Prática Pedagógica.

GEOGRAPHY AND ITS PRACTICE IN ENVIRONMENTAL EDUCATION: AN INTERDISCIPLINARY APPROACH

ABSTRACT: Geography, as a science that studies the interactions between society and nature, plays a crucial role in Environmental Education for sustainability through its pedagogical practice. This discipline allows us to understand spatial relationships, anthropogenic impacts on the environment, and the need for sustainable practices. In this article, we seek to reflect on how Geography can be an essential tool for building critical and transformative environmental awareness for environmental education practice and sustainable outcomes.

KEYWORDS: Geography. Environmental Education. Sustainability. Pedagogical Practice.

INTRODUÇÃO

O debate contemporâneo acerca das questões socioambientais tem mobilizado diferentes áreas do conhecimento, destacando-se a Geografia como ciência fundamental para compreender as interações entre a sociedade e o meio ambiente. Nesse contexto, a Educação Ambiental emerge como instrumento pedagógico e político voltado para a conscientização e transformação das práticas humanas em relação ao meio ambiente, visando a construção de sociedades mais sustentáveis. A sustentabilidade, por sua vez, constitui-se como um conceito-chave no enfrentamento dos desafios globais, propondo

uma reconfiguração das relações econômicas, sociais e ecológicas com vistas à manutenção da vida e dos recursos naturais para as gerações futuras.

A Geografia, enquanto ciência humana e natural, dedica-se a estudar o espaço geográfico em sua totalidade, incluindo os aspectos físicos e humanos que o compõem. Dessa forma, ao tratar da relação entre a natureza e a sociedade, a Geografia contribui significativamente para a compreensão dos impactos ambientais decorrentes das ações antrópicas e para a formulação de estratégias de mitigação. Com base em seus conceitos fundamentais — como território, paisagem, lugar e região —, a Geografia oferece instrumentos analíticos para pensar criticamente a dinâmica espacial dos problemas ambientais, seus agentes e seus efeitos em diferentes escalas.

Por sua vez, a Educação Ambiental, como prática educativa crítica, promove uma abordagem interdisciplinar que visa à formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade. Desde a década de 1970, esse campo vem ganhando destaque nas políticas públicas e currículos escolares, sendo incorporado como eixo transversal na educação formal. A convergência entre Geografia e Educação Ambiental fortalece uma pedagogia ativa e contextualizada, na qual os estudantes são estimulados a compreender e agir sobre os problemas ambientais locais e globais, a partir da realidade em que estão inseridos.

A sustentabilidade, neste panorama, é compreendida não apenas como um conceito ecológico, mas como uma proposta ética e política de reorganização das práticas humanas. Ela abrange dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais, e exige uma mudança paradigmática nos modos de produção, consumo e ocupação do espaço. Nesse sentido, a articulação entre Geografia, Educação Ambiental e sustentabilidade propicia uma formação crítica e transformadora, que vai além da mera transmissão de conhecimentos, propondo a construção coletiva de saberes orientados para a preservação da vida e da diversidade.

Dessa forma, a presente introdução busca apresentar uma reflexão sobre como a Geografia pode ser uma ferramenta essencial para a construção de uma consciência ambiental crítica e transformadora para uma sustentabilidade. Com o objetivo de discutir como esses três campos do saber se inter-relacionam na formação de uma consciência ambiental crítica e na promoção de ações sustentáveis em contextos educacionais e

dimensão ambiental sociais diversos. Para isso, serão abordadas as contribuições da geografia e dimensão ambiental além da educação ambiental, práticas pedagógicas, o papel do professor de geografia e os desafios e possibilidades.

GEOGRAFIA E DIMENSÃO AMBIENTAL

Considerada por alguns como uma das mais antigas disciplinas acadêmicas, a geografia surgiu na Antiga Grécia, sendo no começo conhecida como história natural ou filosofia natural. Nesse período, o mundo ocidental em sua grande parte era dominado pelos gregos, em especial o leste do mediterrâneo, tendo a veemência em descobrir novos espaços como objetivos de posse territorial e comercial. Para tanto, era necessário o conhecimento do ambiente físico e os fenômenos naturais que se configuravam como o único estudo da geografia naquele momento a chamada geografia clássica em seu primeiro ciclo.

Após o pioneirismo grego, surgem os árabes os herdeiros da geografia grega no advento da queda do Império romano. Ocorreu nessa passagem a tradução de muitos trabalhos gregos para o idioma árabe, de modo que acabaram recuperando e aprofundando o estudo geográfico, no que consistem teorias de latitude, longitude, classificação climática, e o desvendamento de que as regiões quentes do planeta terra eram perfeitamente habitáveis o que Aristóteles divergia. Nesse contexto as figuras de Al-Idrisi, Ibn Battuta, tornaram – se grandes nomes da geografia árabe ainda no período da filosofia natural ou geografia clássica.

Já no século XV, personagens como Bartolomeu Dias e Cristóvão Colombo redescobriram o interesse pela exploração, descrição geográfica e pelo mapeamento, era contribuição da geografia das navegações europeia ainda no período clássico.

Em 1750 século XVIII, nasce a geografia tradicional, determinando o seu segundo ciclo, ganhando a sua independência, deixando de ser filosofia natural e passando a se chamar geografia. Porém é só na metade do século XIX é que adquire status de conhecimento organizado: em físico pela escola alemã através do seu determinismo, com a ideia de que o clima era capaz de estimular a força física e o desenvolvimento intelectual das pessoas, tendo a natureza o agente modelador do espaço, destacando nomes como

Ratzel, Humboldt, Carl Ritter e humano pela escola francesa, tendo grande evidência Paul Vidal de la Blache com o possibilismo, centrado no homem como principal agente geográfico, afirmando que as pessoas poderiam determinar seu desenvolvimento a partir de seu ambiente físico, ou seja, sua escolha determinaria a extensão de seu avanço cultural, sendo ensinada nas universidades da Alemanha e França de forma ramificada.

Nessa subdivisão em que a geografia vai se caracterizando, nomes como Goethe, Kant, e Montesquieu se empenharam no estudo da geografia social, antropológica e política, preocupada em estabelecer em seu estudo a relação entre a humanidade e o meio ambiente.

Após a segunda guerra mundial, novos ciclos surgiram para geografia. Nasce nos EUA, ajustada na teórica, no quantitativo, no estatístico e, tecnicista, a tendência moderna, cujo objetivo perpassa pelo científico, em atender meramente as vontades do capitalismo imperialista ditador. Entretanto, para contrapor a essa corrente, desponta na década de 80 a tendência crítica dialética também chamada marxista que vem acompanhada do avanço das tecnologias. É adotada ao novo século como forma de democratização participativa.

Em espaço brasileiro, a geografia nos seus 60 anos de atuação, teve o seguimento de três ciclos, o “tradicional” no período colonial, imperial, primeira república a década de trinta, perpassando pelo “estatístico” pós segunda guerra mundial, ditadura militar e culminando com a adesão ao “crítico” marxista pós 80 ou “crítico ambientalista por algum autores”.

No primeiro ciclo da geografia no Brasil século XV fase colonial, tem destaque Pero Vaz de Caminha e Alexandre Gusmão, contribuindo para o ensino da geografia, na descrição da América Portuguesa, com sua gente, costumes, forma de civilização, da notória harmonia com a natureza e o segundo, no empenho ao direito da América Lusitana em constituir ocupação a oeste do meridiano de Tordesilhas, que estava dominado pela coroa espanhola. No fim do processo colonialista que passou nossa nação, tivemos a visita de naturalistas como eram conhecidos os geógrafos da época, com destaque para Saint – Hilaire, Spix, Martiusque e Antonil destacando-se, no processo de desenvolvimento econômico, com uma bem estruturada obra no final do século XVIII, que dividia o país de acordo com atividades econômicas, indicando suas principais riquezas, era, no entanto

naquele momento, o que chamamos hoje de política de Zoneamento Econômico e Ecológico.

Na década de 30 ainda no primeiro ciclo da geografia brasileira, nasce por meio do governo de Getúlio Vargas, uma nova política de regionalização por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que na atual conjuntura, contribui como sistema de informação geográfica – SIG, tornando uma ferramenta com um maior acesso ao conhecimento ambiental em nosso território. Ainda em 30, especificamente em 1934, nasce a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB na inspiração do geógrafo francês Pierre Deffontaines, um dos primeiros a ministrar aulas de geografia em universidades e também fundador da primeira cadeira de geografia no espaço acadêmico em 1935. Delgado de Carvalho com o seu trabalho pela educação liberal considerado o pioneiro da geografia científica no Brasil.

Importante ressaltar que a revolução pós 30, trouxe uma grande significância para o Brasil. Nesse momento, a geografia enquanto ciência estruturava – se em nosso país, tendo o seu pioneirismo no ensino superior nas universidades de Brasília e São Paulo, influenciada pela escola francesa, com destaque para Pierre Deffontaines, Pierre Mombeig e Francis Ruellan e alguma influência alemã pelo catedrático Leo Waibel.

Com o seu advento, uma renovação acedeu em nossa sociedade com estímulo a leitura e, um despertar sobre o modelo de desenvolvimento que estava sendo praticado. No entanto em virtude deste despertar da sociedade, criou – se outro despertar o da elite política que buscava a qualquer custo despolitizar a geografia, criando mecanismo para que em sala de aula se restringisse somente no estudo físico da paisagem, sem priorizar um ensino humano e ambientalista.

Com a pós-segunda guerra mundial, inicia-se uma nova era da geografia brasileira ou segundo ciclo, baseado na influência dos EUA, a chamada geografia estatística de tendência moderna, tendo seu apogeu na ditadura militar (pós 64), focada na economia de exploração dos países tidos em “desenvolvimentos”, doutrinados pela técnica, métodos e ensino estadunidense. Essa política de expansão fomentou o surgimento de uma geografia meramente com informações a nível escolar ditadora, empenhada no discurso político em prol do governo, censurando qualquer ação a informação democrática.

Porém, está grande Mazela ganhou adeptos no intuito de combatê-la, acrescentando um maior empenho a década de 80. Tendo neste momento, o início da geografia dos críticos, com ideias revolucionárias, determinadas em abolir o estilo burocrático e ditatorial filiado até então pela política nacional e, revogar a política do Brasil grande, sustentado por uma ideologia de milagre econômico pautada na agressão a todo custo sobre o Meio Ambiente, que na época sofria as primeiras grandes agressões em virtude de desenvolvimento insustentável pautados em projetos como: Carajás, Itaipu, transamazônica, entre outros.

Com a procedência da geografia crítica, nasce ao mesmo tempo o movimento ambientalista, decorrentes de um movimento histórico ambiental a nível global, ganhando destaque a Eco – 92, que promove a revolução da educação ambiental em todos os setores da nossa sociedade. No qual, destaca-se a figura de Antônio Guerra que nomeia este período de ambientalismo crítico, fazendo uma abordagem sobre a questão ambiental no Brasil através da geografia física e, destaco a figura do mestre Milton Santos, o mais popular dos geógrafos brasileiros, com exclusividade no estudo de urbanização e informação ao mundo que titulou como o meio – técnico – científico – informacional, no qual acrescenta “que o mundo passa por um ciclo, que a informação gera conhecimento e, como consequência a ciência cria novas tecnologias no auxílio ao meio ambiente de forma geral e tem como foco a disseminação da informação”.

Em continuidade ao processo histórico da geografia crítica ambientalista em direção ao século XXI, às ações não se restringem a Milton Santo, a nova década apresenta personalidades científicas do espaço geográfico para uma educação libertadora ambiental, enfatizando nomes como Lana Cavalcante com seu estudo sobre a Geografia na Escola para construção do conhecimento, José Visentini e Vânia Vlach uma parceria na luta pela geográfica crítica sustentável a partir da Escolarização, Ana Fani e sua grande contribuição aos métodos de ensinamento da geografia em sala aula, Demétrio Magnoli com sua análise da conjuntura internacional, Bertha Becher geógrafa empenhada nas causas da Amazônia Legal, (o paraense) Gilberto Miranda Rocha no auxílio a fomentação de políticas públicas para Amazônia e José Alberto Machado com sua obra empenhada na reflexão sobre a Globalização e o Desenvolvimento Sustentável a nível local e global. São nomes que podemos citar em prol de uma geografia ambientalista.

Nesse caminho geográfico relatado acima, a relação entre a Geografia e a dimensão ambiental tem se fortalecido nas últimas décadas em função dos crescentes impactos das ações humanas sobre o meio ambiente. A Geografia, enquanto ciência que estuda a relação sociedade-natureza, possui ferramentas teóricas e metodológicas capazes de compreender as transformações no espaço geográfico causadas por processos naturais e antrópicos. A dimensão ambiental, por sua vez, ultrapassa o entendimento apenas físico e ecológico do ambiente, englobando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, promovendo uma leitura crítica e interdisciplinar dos problemas socioambientais contemporâneos.

A incorporação da temática ambiental no campo da Geografia se dá principalmente a partir da emergência das questões ecológicas nas agendas internacionais, como os debates sobre mudanças climáticas, degradação de ecossistemas, urbanização desordenada e crises hídricas. Esses fenômenos exigem uma abordagem territorial que a Geografia oferece, considerando os contextos locais, regionais e globais de forma integrada. Assim, o estudo da dimensão ambiental pela Geografia contribui para a formulação de políticas públicas, planejamento territorial e construção de uma consciência crítica em relação ao uso dos recursos naturais.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a articulação entre a Geografia e a dimensão ambiental, destacando a importância da análise espacial na compreensão dos problemas ambientais e no desenvolvimento de soluções sustentáveis. Para isso, serão abordados os fundamentos teóricos da Geografia ambiental, a atuação dos geógrafos nas questões ambientais e a relevância da educação ambiental como instrumento de transformação socioespacial.

Desta forma, espera – se da geografia para o novo século enquanto parceira da educação ambiental, a contribuição representada no PCN – Parâmetro Curricular Nacional, que destaca: “a importância da preservação, proteção e conservação ambiental, no intuito de criar na sociedade um espírito de democracia participativa, em que compreenda o meio ambiente em sua totalidade e sinta – se membro do mesmo”. Com essa direção espera – se do novo século mecanismos que torne prático o que ressalta o PCN. Para isso, uso de ferramentas didáticas como mapa e outros meios tecnológico,

terão um significado maior quando se refere ao conhecimento do espaço geográfico ambiental.

Fani (2008, p.94) destaca que:

O uso de ferramentas como mapa nos permite ter um domínio sobre o meio ambiente e fazer a síntese dos fenômenos que ocorrem num determinado espaço. No nosso dia a dia ou do dia a dia do cidadão, pode se ter a leitura por diferentes informações, por diferentes formas de representar estas informações didaticamente

Contudo é interessante ressaltar que o ideal é trabalhar com diferentes mapas para diferentes usuários, principalmente nas várias faixas etárias, propondo para o ensino fundamental de 1º a 5º ano, trabalhar a alfabetização cartográfica, pois é momento em que o aluno inicia o estudo dos elementos da representação gráfica para que posteriormente possa trabalhar com a representação cartográfica.

No ensino fundamental maior de 5º a 9º ano, o interessante é rever a alfabetização cartográfica para que tenha condições de estar trabalhando com análise, localização e correlação.

Já no ensino médio, teoricamente o aluno terá condições para trabalhar com análise, localização, correlação e síntese para que ao chegar no ensino acadêmico, possa rever através de uma síntese o contexto geral sobre cartografia para análise ambiental.

No que tange à imagem, áudio e vídeo tornam-se, ferramentas poderosas no auxílio ao conhecimento de forma mais clara e aos intuitos da geografia ao estudar o meio ambiente. Neste sentido, o vídeo nos traz uma forte impressão da realidade, a música expressa sentimentos muitas das vezes críticos, a imagem tanto estática ou em movimento representa todas as formas de interpretarmos a vida já que a ciência do espaço preza a interpretação.

Vesentini (1995, p.56) enfatiza que:

A tecnologia exerce um poder disciplinar na vida social, em nosso imaginário, possibilitando apropriação do mundo e, como consequência imediata provoca a substituição da experiência pela representação de representações. Nessa perspectiva, o papel da tecnologia ganha caráter primordial, entre o visualizado e o cotidiano.

Contudo, espera-se do século XXI que os recursos tecnológicos sejam ainda mais parceiros ao meio ambiente, possibilitando informações ambientais, prática de educação

ambiental e consequências de desenvolvimento sustentável, permitindo a sociedade expor, expandir e disseminar ideias para a tão sonhada consciência ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, O PAPEL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A educação ambiental surgiu como resposta à degradação ambiental crescente e à necessidade de repensar as relações entre sociedade e natureza. Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), trata-se de um processo permanente no qual os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltados à conservação do meio ambiente e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Diferentemente de abordagens tecnicistas ou informativas, a educação ambiental crítica propõe uma prática pedagógica voltada à emancipação, ao questionamento das estruturas de poder e à transformação social, compreender o meio ambiente como uma construção histórica e social, que envolve aspectos econômicos, políticos, culturais e éticos (Guimarães, 2000). Nesse sentido, a geografia enquanto ciência passa a ter uma suma importância na parceria educativa com a educação ambiental, sendo a mesma, configurada como disciplina no currículo escolar em nosso Estado do Pará.

Apesar de ser uma disciplina na educação básica no Estado do Pará, em outras unidades federativas do Brasil, se estuda como tema transversal. Além disso, a educação ambiental deve ser interdisciplinar, contextualizada e participativa. Loureiro (2006) destaca a importância da inserção do tema ambiental no currículo escolar de forma integrada, superando a fragmentação do conhecimento e promovendo o diálogo entre as diversas áreas do saber.

Para Loureiro (2004), a Educação Ambiental é um processo educativo contínuo que visa formar indivíduos conscientes de suas responsabilidades socioambientais.

No que tange a geografia, um dos principais desafios na interdisciplinaridade com a educação ambiental é superar uma abordagem fragmentada dos conteúdos escolares.

É fundamental que o ensino busque uma perspectiva sistêmica, integrando saberes científicos e populares. Dessa forma, os alunos poderão compreender a complexidade das questões ambientais e agir de maneira responsável.

A Geografia, enquanto ciência que estuda as relações entre o homem e o espaço, possui um papel estratégico no enfrentamento das questões socioambientais. No contexto de crescentes preocupações com a degradação ambiental, as mudanças climáticas, a urbanização desordenada e a perda da biodiversidade, torna-se essencial integrar a educação ambiental às práticas pedagógicas geográficas. Essa união fortalece a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel transformador na sociedade. No entanto, esse processo também se apresenta permeado por desafios teóricos, metodológicos e institucionais que exigem reflexão e ação contínua.

O professor de geografia, ao abordar conteúdos como biomas, urbanização e agricultura, pode articular práticas pedagógicas que desenvolvem habilidades de análise e intervenção no espaço geográfico visando a prática de futuros discentes educadores ambientais para uma sustentabilidade local.

Entre as práticas pedagógicas recomendadas estão no estudo do meio ambiente local e global, oficinas de cartografia socioambiental e debates sobre temas diversos que contribua para a formação do ensino crítico. Como aponta Reigota (2007), “a prática da educação ambiental deve ser participativa e problematizadora, para que os educandos se tornem sujeitos ativos na construção de soluções”

Além disso, a inserção de projetos interdisciplinares na prática pedagógica é essencial para a construção de uma visão ampla, com temas como a preservação de bacias hidrográficas, gestão de resíduos sólidos e consumo consciente pode promover um aprendizado significativo e conectado à realidade dos estudantes.

A eficácia da articulação entre geografia e educação ambiental depende diretamente das práticas pedagógicas adotadas. O ensino tradicional, baseado na memorização de conceitos, precisa ser superado em favor de metodologias ativas, interativas e investigativas. O professor de geografia deve assumir um papel de mediador do conhecimento, estimulando o pensamento crítico, a pesquisa de campo, a análise de

dados e o uso de recursos tecnológicos, como mapas digitais, imagens de satélite e plataformas geoespaciais.

Experiências pedagógicas como projetos interdisciplinares, hortas escolares, oficinas de reciclagem, estudos do meio e debates sobre problemas locais são exemplos de práticas que favorecem a construção do conhecimento ambiental a partir da realidade dos estudantes. Essas atividades permitem a ressignificação do espaço escolar como ambiente de aprendizagem e de intervenção social, promovendo a autonomia e a responsabilidade socioambiental.

Apesar dos avanços conceituais e legais, a implementação efetiva da educação ambiental nas escolas ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre eles, destacam-se a falta de formação continuada dos professores, a carência de materiais didáticos adequados, e as condições estruturais precárias das instituições de ensino.

Além disso, há uma dificuldade recorrente em romper com a lógica disciplinar tradicional e promover uma abordagem verdadeiramente interdisciplinar.

As possibilidades da articulação geografia e educação ambiental, são amplas. A geografia oferece instrumentos analíticos poderosos para compreender os impactos ambientais das atividades humanas, as dinâmicas territoriais, os conflitos pelo uso da terra e os processos de ocupação do espaço. Quando aliada à educação ambiental, que propõe a formação de uma consciência ecológica e cidadã, a disciplina ganha um caráter formativo mais integral. No ambiente escolar, por exemplo, projetos interdisciplinares que envolvem o estudo do entorno da escola, a análise de bacias hidrográficas, o uso de mapas e imagens de satélite e a discussão de políticas públicas ambientais tornam-se ferramentas concretas para promover aprendizagens significativas.

Contudo, as possibilidades são promissoras. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância de temas contemporâneos transversais, como meio ambiente e cidadania, o que abre espaço para uma atuação mais integrada da geografia com outras disciplinas em especial a educação ambiental. A valorização dos saberes locais, das experiências comunitárias e do protagonismo juvenil também são caminhos para tornar a possibilidade da educação ambiental mais significativa e transformadora culminando em práticas e consequências sustentáveis.

Outra possibilidade de avanço a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que reforça a prática da educação ambiental deve ser contínua, crítica e voltada à formação de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes comprometidas com a conservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, o professor de Geografia possui as ferramentas teóricas e didáticas necessárias para integrar esses princípios ao processo de ensino-aprendizagem.

O papel do professor vai além da sala de aula. Ele atua como articulador de práticas pedagógicas que promovem a sustentabilidade em diversas esferas da vida escolar. A elaboração de projetos interdisciplinares.

Além disso, é fundamental que o educador estimule a reflexão sobre os padrões de consumo, as desigualdades socioespaciais e os desafios do desenvolvimento sustentável. Ao trabalhar com temas como mudanças climáticas, crise hídrica, segurança alimentar e justiça ambiental, o professor de Geografia contribui para a formação de uma consciência planetária, valorizando o pensar global e o agir local.

Para que essas ações se efetivem, é necessário que o docente esteja em constante formação, participando de cursos, seminários e programas de educação ambiental, e que conte com o apoio da gestão escolar e de políticas públicas voltadas à educação para a sustentabilidade. A promoção da sustentabilidade como prática escolar requer uma abordagem pedagógica crítica, contextualizada e participativa. Nesse processo, o professor de Geografia tem um papel fundamental na mediação do conhecimento e na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação ambiental e com a justiça social.

Ao integrar os conteúdos geográficos com ações concretas, o educador contribui para a construção de uma escola sustentável, que valoriza o território, a diversidade e a cooperação. Enfrentar os desafios e explorar as possibilidades exige sensibilidade, criatividade e compromisso ético com as gerações presentes e futuras.

Assim, reafirma-se a importância de investir na formação e valorização do professor de Geografia como protagonista de uma educação transformadora, capaz de integrar saberes, promover a reflexão crítica e contribuir para a construção de uma sociedade mais sustentável e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que a escola trabalha o tema Educação Ambiental, abre espaço para criar práticas alternativas de combate à degradação e violência contra a natureza. Estimula soluções capazes de viver melhor socialmente.

Atualmente, a educação ambiental vem atingindo um índice gradativo na escola e em todos os setores da sociedade, por isso, analiso que para a mesma continuar a obter esse sucesso, não basta que só a escola faça a sua parte, mas é necessário que haja, mas, parcerias com o setor público e setor privado, a fim de que caminhem juntos com a escola, incentivando através de projetos e programas na busca incessante de conscientização ambiental para todos.

Como se refere o estudo aqui exposto, a principal função de se trabalhar a temática Educação Ambiental na parceria com a geografia, é contribuir para que haja uma consciência comprometida com a causa do meio ambiente, além de auxiliar a formação de cidadãos, aptos a agirem na mudança da realidade socioambiental, com o compromisso da manutenção da vida. Para que isso possa acontecer, o que cabe a escola através da geografia, é trabalhar a educação ambiental, não só no ensino fundamental maior, mais em toda a educação básica de forma localizada, globalizada e contínua, massificando as três linhas de meio ambiente: Informação ambiental, desenvolvimento sustentável e educação ambiental.

É importante salientar que a parceria de geógrafos educadores na visão de mundo tanto física e humana é fundamental para iniciativa da escola, mas para que eles possam colaborar de forma mais eficaz é necessário à contrapartida da escola em atender as suas necessidades de estrutura pedagógicas.

A Geografia, quando integrada à Educação Ambiental, tem o potencial de transformar a forma como os estudantes percebem e interagem com o mundo. Como destaca Freire (1987), “a educação deve ser uma prática de liberdade, que instigue o pensamento crítico e a capacidade de transformação social”. Assim, é papel dos educadores utilizar a Geografia como um instrumento para formar cidadãos comprometidos com a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

A partir das reflexões apresentadas, conclui-se que a prática geográfica com a educação ambiental é essencial para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos. Investir em uma educação integrada, participativa e problematizadora é um caminho necessário para a construção de uma sociedade mais sustentável e conscientes.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, LS (2008). **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Contexto.

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOUREIRO, CFB (2004). **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Cortez.

REIGOTA, M. (2007). **Educação Ambiental: diálogo e pluralidade**. São Paulo: Cortez.

SATO, M. & CARVALHO, IM (2005). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Campinas: Papirus.

Submissão: outubro de 2025. Aceite: novembro de 2025. Publicação: fevereiro de 2026.